

A entrada no terreno: Reconhecimento das comunidades como lugares de ‘necessidades’ e de ‘recursos’

Diana Alves ¹

Sofia Castanheira Pais ²

Antero Ferreira ³

Resumo

Na charneira de uma intervenção comunitária que preconiza um conhecimento aprofundado do contexto e a melhoria das suas condições, o/as docentes e estudantes da InovPed foram desafiados a parar, esperar, transitar e, finalmente, entrar na/numa comunidade. Assumiram uma relação colaborativa com a comunidade, respeitando e reconhecendo o capital da comunidade delinearão planos de intervenção. Este capítulo envolve, por um lado, a incursão na Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto e descreve, por outro lado, a forma como uma rádio independente, comunitária sem fins lucrativos, a Rádio Manobras, permitiu recolher um conjunto

¹ FPCEUP. *Email:* dianalves@fpce.up.pt

² FPCEUP. *Email:* sofiapais@fpce.up.pt

³ FBAUP. *Email:* jferreira@fba.up.pt

de informação, essencial para identificar fenómenos e temáticas, bem como potenciais alvos de intervenção, permitindo a *entrada na comunidade*.

Abstract

At the heart of a community intervention that advocates in-depth knowledge of the context and the improvement of its conditions, the InovPed professors and students were challenged to stop, wait, move and, finally, enter the/in a community. They assumed a collaborative relationship with the community, respecting and recognizing the community's capital, and outlined intervention plans. This chapter involves, on the one hand, the incursion into the Faculty of Fine Arts of the University of Porto, and describes, on the other hand, the way in which an independent, non-profit community radio, Rádio Manobras, made it possible to collect a set of information. This information was essential to identify phenomena and themes, as well as potential intervention targets, allowing us to enter the community.

Palavras-chave

Comunidades; Lugares; Necessidades; Recursos.

Keywords

Communities; Places; Needs; Resources.

1. A entrada no terreno

Todas as comunidades têm, natural e artificialmente, necessidades e recursos. Os modelos de coabitação humana, a forma antropocêntrica de ocupação do lugar e a transformação da natureza (paulatina ou drástica, num ciclo próprio de mudança ou por influência humana) alteram a realidade das comunidades, provocando tanto assimetrias como harmonias sociais e culturais na gestão de necessidades e recursos. O paradoxo da larga maioria das comunidades é que os recursos são limitados (sobretudo os naturais, tal como temos vindo a observar cada vez mais neste início de milénio) e as necessidades raramente são colmatadas. A esta realidade, deve associar-se o facto de as comunidades evoluírem em interação e confronto permanentes com a chegada de novas pessoas, o fluxo de elementos externos. Do fenómeno resultam choques sociais, económicos, religiosos e ideológicos que determinam a manutenção, o progresso ou o colapso das estruturas comunitárias. A História da Humanidade está repleta de toda a espécie de conflitos sociais e territoriais, mas também de processos bem-sucedidos de aculturação, recriação e reinvenção da identidade local. Aliás, a literacia de um povo é, comumente, um dos fatores que mais contribui para a preservação dos lugares e a coesão comunitária.

Atualmente, um dos fatores que mais influencia a artificialidade das comunidades são os indivíduos nómadas (turistas, estudantes, deslocados ou em trabalho) que não são identifi-

cados, socializados e localizados exceto à entrada e à saída (Augé, 2005). Em casos extremos, estes, depois de referenciados como falsos locais (‘estrangeiros’), entram em conflito com a população nativa, ocorrendo por vezes situações de desrespeito, agressão ou alheamento motivadas, quase sempre, por diferenças culturais e comportamentais. Estes cidadãos em trânsito representam e cimentam comunidades líquidas, contribuindo para a proliferação de não-lugares no mundo contemporâneo cada vez mais globalizado.

Um lugar é um sítio onde paramos, um território habitado que desafia radicalmente todas as formas tradicionais de vida comunitária (Cacciari, 2010). Um lugar ocupado pelos que nele vivem, trabalham e estudam. Nesta dimensão geográfica, os estudantes são uma parte especial do grupo dos indígenas dos ‘microlugares’ que são as escolas e as universidades. No âmbito da InovPed, as/os estudantes da Universidade do Porto tiveram oportunidade de desenvolver projetos de intervenção comunitária em diversos contextos e com diferentes grupos.

2. A entrada da InovPed na comunidade

A intervenção comunitária tende a perspetivar um conhecimento aprofundado do contexto e a melhoria das suas condições. Neste sentido, a mudança social das e nas comunidades constitui a essência da intervenção. E a este respeito, importa considerar o potencial adaptativo das comunidades

e a sua natureza dinâmica, fluída, não-estática (Weisenfeld, 1996). Salienta-se também a importância de reconhecer que, tantas vezes, a mudança das comunidades passa por recriar o sentido de agência e resistência política e que, por isso, é nuclear ter presente aquilo que foram lutas de determinados grupos e enfatizar o seu empoderamento (Menezes, 2007). Daí que se reforce a ideia de que as comunidades têm necessidades, mas também recursos, e que intervenções bem-intencionadas não devem desvirtuar a possibilidade de “a diversidade de contextos em que as pessoas vivem bem, efetivamente opera[re]m” (Rappaport, 1981, p. 19).

Para uma compreensão mais profunda (senão justa!) da natureza das comunidades implica, importa refutar a premissa de que, como Townley e colaboradores (2011) argumentam, a sua constituição pode servir como estratégia clássica de controlo por parte de grupos dominantes. Os *ghettos* e as prisões são disso exemplo; formas de reclusão e inacessibilidade física e simbólica (Bauman, 2011). Nesta linha, um dos principais ingredientes do envolvimento comunitário passa, precisamente, por esbater a fronteira entre “nós” e “eles”, justificando-se refletir criticamente sobre o que, afinal, nos aproxima e o que nos distingue.

Assim, na intervenção comunitária e educativa, pensar a entrada no terreno implica sempre reconhecer o papel das comunidades. Para além da sua natureza geográfica e/ou dos seus contornos sociais organizativos, estas tendem a constituir-se lugares onde confluem interesses e caracterís-

ticas particulares (como sejam etnicidade, orientação sexual, ocupação, etc.) (Minkler *et al.*, 2008). É, aliás, por essa razão que a entrada no campo deve atender ao *sentido de comunidade* dos que lhe pertencem, efetivamente (Saranson, 1974). A este respeito, McMillan e Chavis (1986) referem que ao sentido de comunidade se associa, para além da pertença, a influência (não apenas de influenciar, mas também de ser influenciado), a integração e a satisfação de necessidades (passando pela partilha de visões e interesses que orientam a ação coletiva) e a conexão emocional partilhada (ou seja, o conjunto de interações entre membros de uma mesma comunidade). Estas dimensões são tão ou mais importantes quando permitem sublinhar que, ainda que possam visibilizar continuidades, refletem inequivocamente a “diversidade na diversidade” (Trickett, 1994). Ou seja, revelam como cada comunidade, por mais próxima que seja de alguma outra, é singular, irrepetível e diversa.

Pensar a entrada na comunidade e, portanto, as fases clássicas da intervenção comunitária é, antes de tudo, saber parar, esperar, transitar e, finalmente, entrar na comunidade (Kagan *et al.*, 2011; Kowalski *et al.*, 2011; Menezes, 2007). Dar estes passos implica assumir uma relação colaborativa com a comunidade, onde o elemento externo não chega para salvar a comunidade e não é detentor do saber. Pelo contrário, respeita e reconhece o capital da comunidade. Nesta linha, o trabalho comunitário requer que se entenda a relação como ferramenta da intervenção, o que, como elucida Menezes (2007), passa por incluir a sensibilidade, a empatia ou o

humor na relação que se estabelece com outros. Também neste entendimento, a relação com a comunidade implica disponibilidade para repensar, questionar e aprender, deixando espaço para uma liderança assumida e/ou negociada pelos próprios agentes da comunidade, sem, no entanto, desvalorizar a importância dos limites. Ou seja, o respeito pelos valores, crenças e conflitos deve ser explicitado de parte a parte. Este exercício pressupõe manter vigilância atenta sobre si próprio/a e os seus sentimentos, sendo que se recomenda consultar outro/as colegas e pôr em comum dilemas decorrentes do processo de entrada e da intervenção comunitária.

Uma outra dimensão relevante para pensar a entrada na comunidade remete para a necessidade de saber lidar com a incerteza e com o imprevisto. Ou seja, a natureza não prescritiva do envolvimento comunitário e o facto de as comunidades serem contextos plenos de diversidade faz com que se entenda a intervenção como um processo que se vai construindo, com avanços, recuos, negociações. Ter, por isso, um plano de saída ou continuidade na comunidade é nuclear. Esta premissa assenta não apenas no sucesso da intervenção, uma vez que incorpora uma fase de saída, mas também no carácter ético da relação estabelecida com atores da comunidade. Isto é, evitando dinâmicas de co dependência, onde se assume que os efeitos da intervenção, sendo sustentáveis (como se espera que possam ser), se devem ao desempenho de atores da comunidade e não à permanência de quem interveio com ele/as (Menezes, 2007). Neste sentido,

a intervenção em contexto comunitário começa sempre onde as pessoas estão (Nyswander, 1956); passa por re/conhecer o contexto e ser reconhecido por ele; implica considerar uma perspetiva ecológica, assumindo que a intervenção é situada num contexto social e atravessada por agendas económicas, culturais e políticas várias.

Orientados por estas premissas, os/as estudantes da InovPed partiram com a sua formação e os seus conhecimentos adquiridos, os instrumentos que aprenderam e adotaram como recursos para os seus trabalhos, e com a sua visão sobre o mundo e o ser humano, e foram convidados a entrar na/numa comunidade. Procuraram, neste exercício, ajustar-se às suas dinâmicas e características, inseridas em um contexto sócio-político-geográfico, e vivendo em um tempo histórico determinado. Na InovPed, docentes e estudantes tiveram que parar, esperar, transitar e, finalmente, entrar na/numa comunidade.

3. Portas de entrada à comunidade: o caso da Faculdade de Belas-Artes e a Rádio Manobras

Chegamos, assim, à Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, um dos ecossistemas escolhidos como tema de trabalho sobre uma comunidade, no caso, um grupo de estudantes. Trata-se de uma comunidade estudantil com uma dimensão social e cultural muito singular, incorporando igualmente professores/as e outro/as trabalhadores/as, na medida em que os/

as estudantes representam um mapa cada vez mais alargado de geografias regionais, nacionais e internacionais. Inserida na área científica das Humanidades, as Belas-Artes e o Design oscilam, pois, numa atmosfera híbrida entre a herança clássica da academia europeia (com mais de dois séculos), o presente moderno e efêmero, e um futuro global incerto.

Importa destacar outra particularidade desta comunidade, agora estudada no âmbito desta unidade curricular: a Faculdade de Belas-Artes (ex-Escola Superior de Belas-Artes do Porto), cuja fundação remonta a 1780, foi uma das últimas instituições portuenses de ensino superior a integrar a Universidade do Porto (em 1992), sendo que esta é, simultaneamente, a segunda maior e uma das mais antigas universidades portuguesas (1911), e a mais procurada por estudantes Erasmus e internacionais (note-se que a UP tem mais de 500 protocolos de cooperação com universidades estrangeiras e cerca de 20% dos/as seus/suas estudantes são estrangeiros). Esta realidade transforma esta comunidade artística e criativa num lugar-terreno diverso, dinâmico e poliglota, um ‘caldeirão’ de culturas e identidades.

O espaço-lugar da faculdade, classificado em 2013 como Monumento de Interesse Público, localiza-se numa zona central da cidade do Porto (Bonfim, também conhecido como o Bairro das Artes) e incorpora diversos edifícios de épocas diferentes (séculos XIX a XXI), envolvendo um perímetro fechado com um apazível e romântico jardim. O jardim da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, criado

por José Teixeira da Silva Braga (1811-90), com a ajuda do arquiteto-paisagista belga Florent Claes (*c.* 1859–1937) e concluído em finais do século XIX, tem funcionado como uma espécie de paisagem social (espaço exterior, aberto) para quem entra e sai ou, simplesmente, como um lugar para desenhar, socializar e relaxar.

E é também na cidade do Porto que encontramos a Rádio Manobras – Porto: 91.5FM (intermitentemente). Uma rádio independente, comunitária sem fins lucrativos, feita por cidadã/os para cidadã/os, que procura ouvintes e produtores/as. De acordo com Ribeiro (2014), em Portugal, para além da Rádio Manobras (2011), existem outros projetos que se intitulam de comunitários, e que são desenvolvidos dentro de comunidades, sem fins lucrativos, nomeadamente a Rádio Zero (Lisboa 2004), a Stress FM (Lisboa 2011), a Quase FM (Lisboa 2011), a Rádio Às (Aveiro 2014), a CC FM (Porto), e Engenharia Rádio (Porto 2007). Tal como refere Midões (2019), a comunicação de proximidade com as comunidades tem vindo a ser desenvolvida pelas rádios locais desde os finais do século XX, depois da regulação do setor em 1988/1989. Contudo, estas rádios vivem uma situação cada vez mais complexa, fruto das recentes políticas para o setor e das próprias características económicas do tecido que as sustenta (Bonixe, 2012, 2017; Costa, 2017; Reis, 2014). Este contexto pode abrir possibilidade às Rádios Comunitárias e à implementação de um espaço participativo mais amplo, inerente à sua génese.

Tal como refere Bonixe (2017), “apesar de os diversos modelos de comunicação emergentes e determinados pela tecnologia, os media locais possuem ainda um vínculo muito forte ao que é próximo localmente (...) mantêm a função ontológica de ligação às comunidades locais” (pp. 49-50). Não obstante, a participação nos media em geral, e nas rádios mainstream em particular, é ainda limitada (Herrera, 2005). As Rádios Comunitárias são meios de proximidade; dão voz às comunidades minoritárias, juntando cidadãos com interesses e vivências comuns, que participam e ajudam a construir e a manter a estrutura da emissora. *“As rádios locais pretendiam representar um corte com o centralismo do Estado, construindo a sua identidade a partir da delimitação do território. (...) O local é visto como território de proximidade que fornece o elo de ligação entre a rádio e os seus ouvintes”* (Bonixe, 2012: 4). Tal como refere Telo Faria, Presidente da Rádio Voz da Planície⁴, numa entrevista ao Gerador, publicada em 7 de abril de 2021, *“a ligação dos indivíduos à rádio da sua terra acarreta um grau de emotividade, afetividade e sentimento de partilha”*.

Num dos projetos desenvolvidos na UC, a Rádio Manobras foi o elo de ligação com a comunidade, permitiu recolher um conjunto de informação, essencial para identificar fenómenos e temáticas, bem como potenciais alvos de intervenção. Posteriormente, os objetivos da intervenção foram delimitados dentro de um processo decisório participativo, em que tanto estudantes, Rádio

⁴ Referência retirada de uma entrevista, disponível em: <https://gerador.eu/radios-regio-nais-a-voz-da-proximidade-em-defesa-da-identidade-local/>.

Manobras, como a comunidade e seus/suas representantes, estabeleceram relações horizontais de discussão, análise e definição sobre as problemáticas a serem consideradas e as possibilidades de resolução para as mesmas (Montero, 1994; Serrano-Garcia, 1992).

De realçar, ainda, que uma estação de rádio transmissão em suas várias modalidades, especialmente na forma de rádio comunitária, corresponde a um meio de comunicação que pode proporcionar diversos serviços à população, entre os quais informação, entretenimento e educação não formal, estabelecendo maior integração e relações mais fortes entre as pessoas na sua região de abrangência (Barbosa Filho, 2003; Silva, 2010a). A Rádio Manobras sinalizou alguns elementos da comunidade que poderiam estar a experimentar situações extremas de isolamento, durante o período de pandemia, nomeadamente as pessoas idosas de um bairro da cidade do Porto, colocou-nos em contacto com associações que apoiavam essa comunidade, e disponibilizou-se para transmitir as histórias, músicas e receitas que as idosas gostariam de partilhar com a comunidade, via rádio, pela voz de jovens que viviam em acolhimento residencial no grande Porto. Assim, a Rádio Manobras foi fundamental no processo de entrada na comunidade, como na intervenção junto da mesma, potenciando práticas de inclusão que respondem não só às necessidades psicossociais, mas também a valores comunitários, como a cooperação, comunicação, solidariedade e participação (Bonixe, 2012; 2017).

4. Síntese conclusiva

A referência às comunidades ilustradas, neste texto, reflete um conjunto de desafios e de possibilidades que, mesmo não exploradas em termos de intervenção, se antecipam à entrada no terreno. Dão conta do lugar (tantas vezes, ambíguo) que ocupam as fronteiras, da riqueza inerente à experiência da diversidade, e da natureza plural do diálogo que entrecruza quem entra e quem sai das comunidades. O mundo global potenciado pelo *online* não desaparece com a promoção da localidade, das culturas locais e dos conteúdos locais, possibilitados pela rádio, nomeadamente as rádios comunitárias, uma vez que com a *Internet* o local deixou de ser apenas a dimensão territorial e passou a estar acessível em qualquer parte do mundo (García, 2008).

O território pós-metropolitano é hoje uma geografia de eventos, uma ativação de ligações em rede, cuja métrica já não é espacial e as fronteiras são meramente administrativas e artificiais sem qualquer sentido geográfico, simbólico ou político (Cacciari, 2010). Partindo desta observação pode concluir-se que também com esta comunidade tão particular a cidade do Porto tem ganho multiculturalidade, felizmente sem as clivagens que se observam ao nível mundial. E, a este respeito, a entrada na Faculdade de Belas-Artes foi entendida como uma oportunidade de mergulhar num lugar diverso, dinâmico e fértil enquanto ‘caldeirão’ de culturas e identidades, como anteriormente se mencionou.

Assim, a entrada no terreno, imbuída de sentires e de inquietações implica, inevitavelmente, dar um passo atrás, respirar (Menezes, 2007) e assumir que a intervenção é situada num contexto social, alargado e amplo, que, em boa parte, configura a especificidade das comunidades (Kelly, 1986). E significa isto que, mais do que ansiar ter um ponto de vista sobre a experiência de uma ou numa comunidade, se considerem várias perspetivas sobre as suas idiossincrasias, as suas urgências, as suas necessidades e, necessariamente, os seus recursos.

Referências

- AUGÉ, Marc. (2005). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- BAUMAN, Zigmunt. (2011). *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BARBOSA FILHO, André (2003). *Gêneros Radiofônicos*. São Paulo: Paulinas.
- BONIXE, Luís. (2012). O local como especialização: as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade. Repositório Comum. Pesquisado em: <http://comum.rcaap.pt/bits-tream/123456789/5287/1/Lu%C3%ADs%20Bonixe.pdf>.
- BONIXE, Luís. (2017). As rádios locais portuguesas na transição para a Internet. Em Jerónimo, P. (Ed.), *Media e Jornalismo de proximidade na era digital*. Covilhã: Labcom.

CACCIARI, Massimo (2010). *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

COSTA, Pedro. (2017). *Teias da Rádio: Ensaios e Reflexões sobre as políticas do setor*. Braga: CECS/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

HERRERA, Susana. (2005). El antes y el ahora de la participación de los oyentes en los programas de radio. *Sphera Publica — Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, 5, 295-307.

KAGAN, Carolyn; BURTON, Mark; DUCKETT, Paul; LAWTHOM, Rebecca, & SIDDIQUEE, Asiya. (2011). *Critical Community Psychology*. Chichester: Wiley.

LÓPEZ-GARCIA, Xosé. (2004). *Desafios de la Comunicación Local – Guía para la práctica de la información en los ámbitos de proximidade*. Sevilha: Comunicación Social, Ediciones y Publicaciones.

MCMILLAN, David & CHAVIS, David (1986). Sense of Community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-24.

MENEZES, Isabel (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: LivrPsic.

MIDÕES, Midões. (2019). Rádios Comunitárias em Portugal: mapeamento e características participativas. Em F. R. Cádima (Coord.), *Diversidade e Pluralismo nos Média* (pp. 165-179). Lisboa: ICNOVA.

MINKLER, Meredith; WALLERSTEIN, Nina & WILSON, Nance. (2008). Improving health through community engagement, community organization, and community building. Em K. Glanz; B. K. Rimer & F. M. Lewis (Eds.), *Health Behavior: Theory, Research, and Practice (4th Edition)* (pp. 287-312). San Francisco: Jossey-Bass.

MONTERO, Maritza (1994). Vidas Paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria — Teoría, método y experiencia* (pp. 19-46). México: Univ. Guadalajara.

MONTERO, Maritza (1994a). Procesos de Influencia Social Consciente e Inconsciente en el Trabajo Psicosocial Comunitario: la dialéctica entre mayorías y minorías activas. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria — Teoría, método y experiencia* (pp. 239-258). México: Univ. Guadalajara.

MONTERO, Maritza (1994b). Un Paradigma para la Psicología Social. Reflexiones desde el Quehacer en América Latina. Em M. Montero (Coord.), *Construcción y Crítica de la Psicología Social* (pp. 27-47). Barcelona: Anthropos.

NYSWANDER, D. B. (1958). Education for Health: Some principles and their application. *Health Education Monographs*, 14, 65-70.

KAGAN, Carolyn; BURTON, Mark; DUCKETT, Paul; LAWTHOM, Rebecca & SIDDIQUEE, Asiya. (2011). *Critical Community Psychology*. Chichester: Wiley.

KELLY, James (1986). Context and process: An ecological view of the interdependence of practice and research. *American Journal of Community Psychology*, 14, 6, 581-589.

RAPPAPORT, Julian (1981). In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9, 1-25.

RIBEIRO, Fábio. (2014). Recuperar o Espírito das Piratas: reflexões sobre rádios comunitárias em Portugal, do vazio legal a uma proposta concreta. Em Reis, A.; Ribeiro, F. & Portela, P. (Eds.), *Das Piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. Braga: CECS / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

REIS, Ana Isabel. (2014). As rádios piratas em Portugal — contributos para um percurso. In Reis A., Ribeiro, F. & Portela, P. (Dds.), *Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais* (pp. 9-28). Braga: CECS / Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

SARANSON, Seymour (1974). *The Psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

SERRANO-GARCÍA, Irma. (1992a). Intervención en la investigación: su desarrollo. Em I. Serrano-García, & W. Rosario-Collazo (Eds.). *Contribuciones puertorriqueñas a la Psicología Social Comunitaria* (pp. 211-282). Río Piedras, PR: Editorial de la Universidad de Puerto Rico.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. (2010). Uma proposta de educação ambiental para o rádio. *Revista Pj: Br Jornalismo Brasileiro*, edição 13. <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografias13h.htm>.

TRICKETT, Edison (1994). Human diversity and community psychology: Where ecology and empowerment meet. *American Journal of Community Psychology*, 22, 583-592.

WEISENFELD, Esther (1996). The concept of we: A community social psychology myth? *Journal of Community Psychology*, 24, 337-363.